

O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DOS SUJEITOS SURDOS: IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOS(AS) PSICÓLOGOS(AS)

Palavras-Chave: PSICOLOGIA, SURDOS, ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

Autores/as:

CARLA RAYANE DOS SANTOS (UNISAL)

Profª Dra. LILIAN CRISTINE RIBEIRO NASCIMENTO (UNICAMP)

INTRODUÇÃO

Em harmonia com Mazzoni et al. (2001, p. 29), "o respeito à diversidade humana nos conduz a observar que as pessoas possuem habilidades diferentes e algumas necessitam de condições especiais". Partindo dessa verdade, averigua-se que, com todas as mudanças ocorridas na sociedade, atestadas por Macêdo e Torres (2017), constituíram-se uma mobilização visível de inclusão dos sujeitos com deficiências, mesmo que um preconceito insistente ainda se perpetue.

Dados estatísticos coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), demonstram que, no Brasil, há uma população de 9,7 milhões de brasileiros que possuem comprometimento auditivo, o que representa 5,1% da população brasileira, sendo que cerca de 2 milhões apresentam surdez severa, e 7,5 milhões manifestam alguma dificuldade auditiva. Nesse contexto, verifica-se que aproximadamente 1 milhão, dessa parcela de indivíduos, são crianças e jovens até 19 anos e, com ênfase, 6,7 milhões estão concentrados nas áreas urbanas.

Este dado, portanto, indica a imprescindibilidade de preparação e capacitação dos profissionais, além da sociedade como um todo, na compreensão dos indivíduos com surdez. Logo, encontra-se no Decreto 5.626 que regulamenta a Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002), a inserção da Língua Brasileira de Sinais como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores em nível médio e superior, e como disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional. Todavia, ainda pouco se explana como o(a) psicólogo(a) pode atuar com as pessoas surdas, evidenciando-se por meio da dificuldade de acesso a artigos e livros sobre o assunto (MACÊDO; TORRES, 2017).

À vista disso, percebe-se que a tendência de procurar psicólogos(as), irá aumentar gradativamente, uma vez que se têm criado leis que regulam os direitos dos sujeitos com

quaisquer deficiência ao acesso dos mais diversos tipos de acompanhamentos, requisitando, dessa maneira, para além dos(as) psicólogos(as), que todos os profissionais de saúde disponham de bons conhecimentos sobre como lidar com esses indivíduos, integrando técnicas advindas dos seus respectivos campos de atuação (MACÊDO; TORRES, 2017). Diante disto, este projeto tem por finalidade analisar e compreender a formação acadêmica de psicólogos(as) e os seus reflexos no atendimento psicológico direcionado aos sujeitos surdos.

METODOLOGIA

Considerando a especificidade do objeto desta pesquisa, aplicou-se uma metodologia de abordagem qualitativa. Dessa maneira, segundo Lakatos e Marconi (2010), a abordagem qualitativa é alicerçada em uma pesquisa que possui como premissa analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano.

Nesses termos, objetivou-se analisar e compreender a formação acadêmica de psicólogos(as) e os seus reflexos no atendimento psicológico direcionado aos sujeitos surdos, de modo que, com a submissão e aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP (Comitê de Ética em Pesquisa), uma amostra de 100 sujeitos foi constituída, de modo que só foram tidos como participantes:

Grupo A: profissionais com registro ativo no CRP (Conselho Regional de Psicologia), atuantes em todo o território nacional brasileiro e que desempenham um trabalho de atendimento psicológico especializado com surdos. Logo, foram eleitos por meio de um cadastro que se direciona para essa prática dentro da Psicologia e contatados a partir de redes sociais (WhatsApp; Instagram; Messenger). Esse grupo foi composto por 10 participantes.

Grupo B: profissionais com registro ativo no CRP ativo, atuantes na Região Metropolitana de Campinas, que podem ter tido contato ou não com sujeitos surdos, selecionados a partir de redes sociais (WhatsApp; Instagram; Messenger; LinkedIn) e contatos acadêmicos e profissionais da Psicologia, de conhecimento da pesquisadora. Esse grupo foi composto por 80 participantes.

Grupo C: surdos adultos, residentes na Região Metropolitana de Campinas, que passaram por atendimento psicológico, selecionados a partir de redes sociais (WhatsApp; Instagram; Messenger; LinkedIn) e contatos acadêmicos e profissionais da Psicologia, de conhecimento da pesquisadora. Esse grupo foi composto por 10 participantes.

Tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética com o N° CAAE 39983620.1.0000.8142, selecionou-se via redes sociais, de acordo com os critérios da pesquisa, os profissionais que tenham tido ou não contato com o público surdo, bem como os surdos adultos, além da seleção

dos profissionais presentes em um cadastro que se direciona para essa prática dentro da Psicologia, isto é, que promovem serviços de atendimento psicológico para o público surdo em todo o Brasil. Dessa forma, integrou-se aqueles que deram aceite no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Encerrados estes trâmites iniciais, encaminhou-se o questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, de cunho qualitativo, objetivando-se incluir todos os aspectos que referem-se à formação acadêmica em Psicologia, além da atuação profissional dos(as) psicólogos(as) diante das dificuldades que enfrentam ao promoverem um serviço de atendimento psicológicos aos sujeitos surdos. Para os surdos adultos, optou-se por questões que envolviam a sua experiência em atendimento psicológico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. GRUPO A - PSICÓLOGOS(AS) QUE ATENDEM SURDOS

Foram contribuintes desse grupo, 20 psicólogos(as) que realizam atendimento psicológico com surdos, com idade entre 27 e 53 anos, sendo 17 que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e três ao masculino. Além de todos(as) atestarem formação superior em Psicologia (bacharelado), possuem:

Especialização - Tradução e Interpretação de Libras (2); Psicomotricidade Relacional (1); Psicologia Clínica e Analítica Comportamental (1); Psicanálise Analítica Junguiana (2); Gestão de Pessoas (1); Neuropsicologia (1); Psicologia Organizacional e do Trabalho (1); Psicanálise (4); *Mestrado* - Saúde Mental e Atenção Psicossocial (1); Fonoaudiologia (1); Diversidade e Inclusão (1); Psicologia Jurídica (1); *Doutorado* - Psicologia Escolar (1); Linguística (1).

2. GRUPO B - PSICÓLOGOS(AS) QUE NÃO ATENDEM SURDOS

Para a composição do grupo B, participaram 80 psicólogos(as), que não realizam atendimento psicológico com surdos, com idade entre 23 e 62 anos, sendo 62 que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e 18 ao masculino. Para além da formação superior em Psicologia (bacharelado), os(as) entrevistados(as) apresentam:

Especialização - Psicologia Sistêmica (2); Psicologia Escolar (2); Atenção Psicossocial (5); Psicanálise (39); Psicologia Clínica e Analítica Comportamental (15); Psicanálise Analítica Junguiana (17); Psicologia do Trânsito (1); Psicologia Perinatal (1); Psicologia Social (3); Neuropsicologia (3); Psicologia Organizacional e do Trabalho (2); Gestão Estratégica de Pessoas (4); Psicopedagogia (1); Psicoterapia Breve (1); Desenvolvimento Humano nas Organizações (2);

Mestrado - Psicologia Clínica (15); Educação (8); Psicologia Social (6); Psicologia Jurídica (2); Direitos Humanos (2); *Doutorado* - Psicologia Clínica (9); Educação (2).

3. GRUPO C- SURDOS ADULTOS

Foram entrevistados(as) para o grupo C, 10 surdos adultos que passam por atendimento psicológico, com idade entre 26 e 54 anos, sendo sete que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e três ao masculino.

4. ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS

A partir da análise dos dados, nota-se que todos(as) os(as) entrevistados, independente do grupo pertencente, apresentaram respostas que vão ao encontro dos fatos apontados pela literatura existente, conforme descrito inicialmente neste estudo.

No Brasil, com base nos dados coletados, entende-se que a atenção psicológica aos surdos ainda é insuficiente. Nessa perspectiva, Dalcin (2004) problematiza o quanto a Psicologia ignorou a constituição psíquica do surdo, que inclusive considerava a língua de sinais uma forma de comunicação insuficiente e precária, empregada pela criança antes de falar. Com isso, pode-se entender o motivo pelo qual há poucos terapeutas especializados em surdez, bem como a baixa quantidade de estudos publicados e disponíveis sobre a temática, pois verifica-se quanto o estudante é pouco preparado na graduação para poder atender a quem procura o serviço de psicoterapia, visto que frente à possibilidade de atender uma pessoa surda, muitos não sabem como proceder - de acordo com o próprio relato dos sujeitos surdos participantes

CONCLUSÕES

Em linhas gerais, este estudo evidenciou, considerando a compreensão acerca do processo de formação acadêmica em Psicologia dos(as) psicólogos(as), assim como a análise das experiências destes no atendimento de sujeitos surdos, a importância das Instituições de Ensino Superior (IES) e outras instituições voltadas ao ensino e formação, propiciar aos futuros(as) psicólogos(as), ainda na graduação, o contato com Libras em horário acessível, como disciplina na grade do curso, bem como locais de estágio, a fim de repensar a formação e as próprias práticas profissionais.

Logo, confirma-se a hipótese inicial de que o contato deficitário ou ausente que os(as) profissionais da Psicologia vivenciam em seu processo de formação acadêmica, no que tange os assuntos relacionados aos surdos, favorece uma escassez de psicólogos(as) que tenham condições reais de atendimento a essa clientela. Em suma, o profissional da Psicologia carece de considerar o indivíduo surdo como um ser único, com seu próprio discurso, abarcando todas as

manifestações de suas dimensões afetivas, sensoriais, emocionais, intelectuais, corporais, sociais, na tentativa de perceber como aquele sujeito se relaciona consigo mesmo e com o mundo.

Frisa-se, a partir dessas reflexões, o quanto os surdos alcançaram importantes conquistas referentes aos seus direitos enquanto cidadãos. Não obstante, é inegável que há muitas dificuldades encontradas pelos surdos, seja no âmbito social ou pessoal. Nesse cenário, há a necessidade de existir um sistema de atendimento psicológico, que de acordo com Arantes e Vitoriano (2016), leve em consideração suas necessidades e peculiaridades, pois apesar de todas as conquistas referentes à inclusão dos surdos, à implementação de leis designadas para a educação, à oficialização e o ensino da Libras, à formação de intérpretes, ainda é raro e precário o progresso na atenção psicológica destinada aos surdos.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, T. L. M.; VITORIANO, S. A. Reflexões sobre a relação no atendimento clínico entre o psicólogo e o surdo. **Cadernos INESP**, v. 1, n. 1, 2016. p. 10. Disponível em: <http://periodicosinesp.com.br/index.php/cadernosinesp/article/view/10>. Acesso em: 24 set 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial da União. Brasília, 25 abr 2002.

DALCIN, G. **Enlace histórico entre os surdos e a psicologia**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. p. 5. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/05_11_24_ENLACE_HISTORICO_ENTRE_OS_SURDOS_E_A_PSICOLOGIA.pdf. Acesso em: 20 set 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010: Características da população e dos domicílios**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 22 abr 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAZZONI, A. A., et al. **Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias**. Ci. Inf., Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n2/6209.pdf>. Acesso em: 26 nov 2019.

SILVA, A. M. S.; CARMO, M. B. B. Desafios na atenção psicológica a surdos utilizadores da LSB em Salvador. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 2016. pp. 184-192. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v5i2.1070>. Acesso em: 5 set 2020.